

As adequações curriculares para a educação inclusiva através do Projeto Político Pedagógico da Escola

karem kolarik
Jaqueline Fonseca Rodriguea
Andréa Martins de Oliveira

RESUMO: O presente artigo tratou de analisar as adequações curriculares para a educação inclusiva através das orientações do projeto político pedagógico de uma escola pública do Distrito Federal de Taguatinga. Para tanto realizou-se análise documental. O objetivo era analisar a consonância dos documentos nas orientações para prática da educação inclusiva. Os documentos analisados foram o projeto político pedagógico da escola e as estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais do Ministério da Educação. Constatou-se que o projeto político pedagógico é um norteador importante para o sucesso da inclusão do aluno e que deve ser colocado em prática na íntegra como foi realizado pela escola analisada.

Palavras Chave: Inclusão, Adequações curriculares, Projeto Político Pedagógico, Necessidades educacionais.

ABSTRACT: The present article analyzed the curricular adaptations for inclusive education through the guidelines of the pedagogical political project of a public school in the Federal District of Taguatinga. For this purpose a documentary analysis was carried out. The objective was to analyze the consonance of the documents in the guidelines for the practice of inclusive education. The documents analyzed were the political pedagogical project of the school and the strategies for the education of students with special educational needs of the Ministry of Education. It was verified that the pedagogical political project is an important guiding factor for the success of the student's inclusion and that it should be put into practice in full as was done by the analyzed school.

Key Words: Inclusion, Curricular adaptations, Political Pedagogical Project, Educational needs.

1. Introdução

A importância desta pesquisa se dá para refletirmos sobre novas perceptivas na educação escolar no que diz respeito à construção de uma escola inclusiva a partir das orientações estabelecidas pelo Ministério da Educação e o seu reflexo no Projeto Político Pedagógico, pois ele estabelece a visão que temos da escola como parte inseparável da totalidade social nos leva a buscar o conhecimento do mundo, construir novos conhecimentos, partilhar ideias, tomando consciência de cidadania; consequentemente a formação do cidadão e sua prática social.

A construção do projeto político pedagógico (PPP) é uma peça fundamental no planejamento das instituições nos diferentes níveis e modalidades de ensino; toda instituição de ensino tem como foco principal um processo de aprendizagem

crítico e contextualizado, atingindo metas e objetivos, permeando e direcionando as ideias a serem aplicadas no decorrer do ano letivo.

Sendo assim o problema da pesquisa configurou-se em como são efetivas as adequações curriculares para os alunos com deficiência a partir das orientações do projeto político pedagógico?

2. Por uma escola inclusiva

Na metade da década de 80, surgiu a Educação inclusiva e veio se desenvolvendo até os dias atuais. Seu objetivo é desenvolver o máximo da capacidade do educando e não da sua deficiência. Tem como prioridade a busca de um único sistema educacional de qualidade com ambientes menos limitantes, fundamentado na diversidade para os educandos, com deficiência ou não.

A Inclusão objetiva o fim das dificuldades que os deficientes enfrentam e que muitas vezes vem da sociedade ou do próprio sistema educacional. Algumas medidas que auxiliaria:

- Aquisição de materiais específicos para alunos cegos, surdos, com paralisia cerebral;
- Ampliação do material didático existente sendo incorporando a rotina diária;
- Preparo e competência profissional dos educadores;
- As adaptações dos equipamentos escolares;
- As adequações curriculares;
- O apoio psicopedagógico ao aluno e a orientação a seus familiares.
- Reformulação curricular que preveja o envolvimento ativo dos educadores na colaboração e cooperação, novas obrigações e responsabilidades com os pais.

O princípio fundamental da Educação Inclusiva contida na Declaração de Salamanca expressa: [...] que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível independente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder as necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com as comunidades [...] escolas inclusivas provêem um ambiente favorável à aquisição de igualdade de oportunidades e participação total [...]. (UNESCO, 1994).

O uso do termo Educação Inclusiva foi apresentado pela primeira vez, nos documentos da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais em Salamanca, na Espanha, em julho de 1994.

3. O projeto político pedagógico como norteador da prática pedagógica escolar

Partindo-se desse pressuposto, o processo de mediação da aprendizagem integrará as necessidades e objetivos do público alvo (comunidade escolar), pois o Projeto Político Pedagógico-PPP visa integrar a comunidade escolar em um projeto

educativo constante, participativo e contínuo dentro da gestão democrática; bem como a estrutura organizacional, garantindo o aprimoramento dos processos internos, levando sempre ao aprendizado não somente às equipes de profissionais, mas também aos alunos, pais e responsáveis.

Sendo a educação base para a formação da cidadania, caracterizando os valores sociais aos quais está inserido, o PPP busca caminhos para a transformação da realidade política social e educacional de uma unidade de ensino. É importante um embasamento sólido, para entender os principais elementos que constituem o Projeto Político Pedagógico e sua empregabilidade na comunidade escolar como um todo. Compreende-se que a criação do PPP está ligada ao desejo de crescimento e aperfeiçoamento da educação e, ao proceder a uma análise no passo a passo desse processo conflituoso, entre a sugestão e a sua aplicabilidade, houve um progresso e valorização quando da prática.

O PPP é uma ação intencional com o compromisso definido coletivamente por isso, além de pedagógico é também um projeto político, pois,

[...] é político no sentido de formação do cidadão para um tipo de sociedade, e é pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e suas intencionalidades”. (VEIGA, 1995, p.13).

Portanto, é a real possibilidade na formação de cidadão participativo, crítico e compromissado com a mudança social. Pensar o PPP de uma escola é pensar na escola como instituição social com a função de formação de frutos bons, sendo este fruto de uma ação consciente e organizada, tendo em vista o futuro, porque planejar é projetar-se para frente, visando orientar os desafios futuros.

Então o PPP deve passar pelas etapas de planejamento, reflexão, ação e avaliação, onde deve permear as decisões coletivas dos envolvidos no processo escolar. Para Veiga “o projeto político-pedagógico da escola, ao se identificar com a comunidade local, busca alternativas que imprimam dimensão política e social à ação pedagógica” (2001, p.62).

O político e o pedagógico são dimensões que não se separam porque oportunizam a vivência democrática necessária à participação de todos os membros da comunidade escolar.

Torna-se substancial o esforço coletivo para apurar os valores a serem consolidados que fundamentarão as ações pedagógicas e metodológicas na construção do PPP visando sempre o “pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (art.2º da Lei nº 9.394/96).

Todos os segmentos da comunidade podem compreender melhor o funcionamento da escola, conhecer com mais profundidade os que nela estudam e trabalham, intensificam seu desenvolvimento com ela e, assim, acompanham melhor a educação ali oferecida. (1997, p.16, *apud* VEIGA 1995, p.12).

E, para que haja essa mobilização, e que esta aconteça de forma espontânea, propiciada por situações que levem os integrantes dessa construção coletiva à reflexão, aprendendo a pensar e realizar o fazer pedagógico de forma coerente, é necessário um referencial que explicita os fundamentos teóricos-

metodológicos, os objetivos, o tipo de organização e as formas de implementação e de avaliação da escola. Em suma, a construção do projeto é dinâmica e exige um esforço coletivo e comprometimento, com uma concepção solidária e com possibilidades de sustentação e legitimidade. Bussman afirma:

[...] na organização escolar, que se quer democrática, em que a participação é elemento inerente à consecução dos fins, em que se buscam e se desejam práticas coletivas e individuais baseadas em decisões tomadas e assumidas pelo coletivo escolar, exige-se da equipe diretiva, que é parte desse coletivo, liderança e vontade firme para coordenar, dirigir e comandar o processo decisório como tal e seus desdobramentos de execução. (1995, p.43, apud VEIGA, 1998, p.14).

Portanto, os gestores enquanto sujeitos que regem o desdobramento do processo de construção do PPP devem se reunir em torno de uma prática intencionada, que uni o fazer pedagógico com a reflexão, que resultam em propostas, planos de ensino, atividades e novas formas de organização do trabalho escolar principalmente voltado para a inclusão dos alunos com deficiência.

Nessa perspectiva, é importante salientar que deve haver um entendimento da organização do trabalho escolar, no sentido de que as funções de organização são estruturadas, mas não fragmentadas, pois “a construção do projeto político-pedagógico é um instrumento de luta, é uma forma de contrapor-se à fragmentação do trabalho e sua otimização”. (VEIGA, 1995, p.22). As organizações são, pois, construídas e reconstruídas socialmente.

E nesse processo de construção, execução e avaliação a escola promove sua autonomia nos aspectos administrativos, financeiros, jurídicos e pedagógicos, pois, a competência para elaborar sua organização e gerir seus planos, programas e projetos, promover a identidade e a caracterização pessoal da função social e da independência nas decisões no que se refere à melhoria do processo ensino-aprendizagem, que traz o desafio da mudança e da transformação contínua, pois a escola é local de construção e transformação contínua do saber.

O PPP é um documento que propõe uma direção política e pedagógica para o trabalho escolar, formula metas, prevê ações, institui procedimentos e instrumentos de ação.

Para Veiga (2004), enquanto instituição autônoma, a escola deve optar fundamentalmente por um referencial teórico-metodológico que permita o exercício de seu direito à diferença, à singularidade, à transparência, à solidariedade e à participação na construção de sua identidade. O PPP como ato deliberado dos sujeitos envolvidos com o processo educativo da escola, deve ser base para o palco que permiti ações de inovação, reflexão e aprendizagem de trabalho coletivo.

Para tanto, há que se compreender toda a problemática de evasão e reprovação e exclusão que emperram o processo ensino-aprendizagem, buscando elementos do cotidiano e conhecendo melhor as reais condições da comunidade, pois sem essa análise não teremos condições de implementar qualquer projeto que seja.

Nesse sentido, o Projeto Político Pedagógico também é uma construção possível dentro do contexto escolar, apresentando-se como uma nova proposta de melhoria e qualidade do processo ensino-aprendizagem. Configura-se num planejamento com a participação de todos os atores da comunidade escolar, como

forma de evitar o improviso e, conseqüentemente, a mesmice e sucateamento do ensino, o que resultaria na falta de pesquisa e construção do conhecimento.

Visando uma democratização do espaço escolar, o PPP vem com a finalidade de organizar o trabalho pedagógico, juntamente, com toda a comunidade escolar, direção, corpo técnico, corpo de apoio, professores, alunos, pais e/ou responsáveis pelos alunos, segundo Veiga:

[...] Trata-se de um instrumento de trabalho que mostra o que vai ser feito, quando, de que maneira, por quem, para chegar a que resultados. Além disso, explicita uma filosofia e harmoniza as diretrizes da educação nacional com a realidade da escola, traduzindo sua autonomia e definindo seu compromisso com a clientela, é a valorização da identidade da escola e um chamamento à responsabilidade dos agentes com as racionalidades internas e externas. Esta ideia implica a necessidade de uma relação contratual, isto é, o projeto deve ser aceito por todos os envolvidos, daí a importância de que seja elaborado participativa e democraticamente. (VEIGA, 2005, p. 100).

Objetivando descentralizar a ação administrativa e pedagógica da escola, a construção do projeto político pedagógico propiciará as diretrizes que viabilizando a ação de cada ator que compõe o ambiente escolar, na tentativa de proporcionar aos alunos uma melhor aprendizagem. Desta forma, o projeto político pedagógico, revela a própria identidade da escola, isto é, referência que a comunidade tem acerca do trabalho implementado por esta, quanto à finalidade do ensino e vinculado a ele pressupõe-se que o nível de aprendizagem dos alunos esteja satisfazendo às necessidades cognitivas dos mesmos.

Tal projeto surge na perspectiva de transformação do espaço escolar, priorizando a esfera pedagógica. Há que se implementarem os princípios norteadores que darão subsídios para elevação da busca da melhoria do ensino que são: autonomia, gestão democrática, igualdade, liberdade, qualidade e valorização do magistério.

Esses princípios darão suporte para se implementar um novo perfil para a educação nas escolas públicas, haja vista o cenário político-econômico mundial que traz como tendência às ideias neoliberais, cuja ênfase refere-se a “qualidade total”, para que se atinja o lucro maior para os capitalistas (industriais, empresários, Estado) e o Estado, exerce o papel de instaurador da política neoliberal, retirando de si a responsabilidade com as políticas públicas sociais.

Assim, o objetivo para Veiga (2005), é a melhoria do processo ensino-aprendizagem sem excluir os alunos com necessidades especiais não devendo beneficiar apenas uma classe, na verdade ela deve servir a todos e não ser privilégio de alguns, ela deve vir para libertar e não para oprimir. Para a efetivação dessa concepção será preciso engajamento compromisso, responsabilidade dos profissionais da educação, daí a necessidade de instauração de direcionamentos que propicie uma práxis pedagógica, onde estabeleça se existe espaço para:

Autonomia: refere-se ao espaço propiciador de análise e reflexão da melhoria e qualidade de ensino, por isso pressupõe-se ação efetiva por parte da comunidade escolar, não esperando que instâncias superiores obriguem a escola a implementar o projeto político pedagógico;

Gestão democrática: é a demanda de atenção para que toda a comunidade

escolar possa participar discutir e propor novas perspectivas pedagógicas, administrativas e financeiras, além de “socializar o poder”, a “responsabilidade”, “atenuar o individualismo”, “ter reciprocidade e eliminar a exploração estabelecendo a solidariedade”;

Liberdade: no sentido de saber trabalhar com os outros, respeitando o espaço de cada um, princípio de autonomia – regras e orientações;

Igualdade: de condições para acesso e permanência na escola, cujo objetivo é manter o quântico: escolas, salas de aula, números de vagas para os alunos, mas principalmente a permanência, isto requer qualidade de ensino para evitar evasão e reprovação, a igualdade de oportunidades requer, portanto, mais que a expansão quantitativa de ofertas, requer ampliação do atendimento com simultânea manutenção da qualidade;

Qualidade: diz respeito à articulação entre as dimensões técnicas e política, que significa ter competência entre os meios, técnicas, métodos e participando da discussão política como forma de construção de sua historicidade, implica consciência crítica e capacidade de ação, saber e mudar.

Valorização do magistério: com o intuito de implantação efetiva de remuneração digna, e valorizar o profissional de educação dando-lhe formação continuada, na práxis pedagógica, condições de trabalho como: recursos didáticos, recursos físicos e materiais, dedicação integral à escola. A formação continuada deve estar centrada na escola e fazer parte do projeto político pedagógico. Segundo Veiga compete à escola:

Proceder ao levantamento de necessidades de formação continuada de seus profissionais; Elaborar seu programa de formação, contando com a participação e o apoio dos órgãos centrais, no sentido de fortalecer seu papel na concepção, na execução e na avaliação do referido programa. Fazem parte dos Programas de Formação continuada, questões como cidadania, gestão democrática, avaliação, metodologia de pesquisa e ensino, novas tecnologias de ensino, entre outras. O grande desafio da escola, ao construir sua autonomia, deixando de lado seu papel de mesa “repetidora” de programas de “treinamento”, é ousar assumir o papel predominante na formação dos profissionais. Com base nesses princípios, percebemos que o estabelecimento do projeto político pedagógico não é uma tarefa fácil de conquistar, mas compreendemos que sua efetivação é de fundamental importância para se ter um cidadão crítico, construtores históricos, interventores e criadores do conhecimento. Para construí-lo, entre outros, é necessário que se leve em conta alguns elementos básicos: Finalidades - As finalidades da escola referem-se aos efeitos intencionalmente pretendidos e que almejados (VEIGA, 2005, p.66).

- ✓ Das finalidades estabelecidas na legislação em vigor, o que a escola persegue, com maior ou menor ênfase?
- ✓ Como é perseguida sua finalidade cultural, ou seja, a de preparar culturalmente os indivíduos para uma melhor compreensão da sociedade em que vivemos?
- ✓ Como a escola procura atingir sua finalidade política e social, ao formar o indivíduo para a participação política que implica direito e deveres da cidadania?
- ✓ Como a escola atinge sua finalidade de formação profissional, ou melhor,

como ele possibilita a compreensão do papel do trabalho na formação profissional do aluno?

- ✓ Como a escola analisa sua finalidade humanística, ao procurar promover o desenvolvimento integral da pessoa?
- ✓ É necessário decidir, coletivamente, o que se quer reforçar dentro da escola e como detalhar as finalidades para se atingir a almejada cidadania.
- ✓ Currículo (Conteúdos curriculares, metodologia, e recursos de ensino, avaliação e relação pedagógica).

A avaliação - Acompanhar as atividades e avaliá-las leva-nos à reflexão, com base em dados concretos sobre como a escola organiza-se para colocar em ação seu projeto pedagógico. A avaliação deve ser democrática, deve favorecer o desenvolvimento da capacidade do aluno de apropriar-se de conhecimentos científicos, sociais e tecnológicos produzidos historicamente e deve ser resultante de um processo coletivo de avaliação diagnóstica. Veja o que Freire diz:

[...] A busca incessante pela articulação plena da escola à sociedade pode ser esclarecida pela ótica de Paulo Freire quando afirma " Não posso ser professor se não percebo cada vez melhor que, por não ser neutra, minha prática exige de mim uma definição. Uma tomada de posição. Decisão. Ruptura. Exige de mim que escolha entre isto e aquilo. Não posso ser professor a favor de quem quer que seja e a favor de não importa o quê. Não posso ser professor a favor simplesmente do Homem ou da Humanidade, frase de uma vaguidade demasiado contrastante com a concretude da prática educativa. Sou professor a favor da decência contra o despudor, a favor da liberdade contra o autoritarismo, da autoridade contra a licenciosidade, da democracia contra a ditadura de direita ou de esquerda. Sou professor a favor da lista constante contra qualquer forma de discriminação, contra a dominação econômica dos indivíduos ou das classes sociais. Sou professor contra a ordem capitalista vigente que inventou esta aberração: a miséria na fartura. Sou professor a favor da esperança que me anima apesar de tudo." (FREIRE, 1996, p.115)

Neste sentido a construção coletiva do Projeto Político–Pedagógico da Escola Pública cumpre sua função emancipadora, na perspectiva de Saviani, de que este projeto força "a noção de que o papel político da educação cumpre-se na perspectiva dos interesses dos dominados, quando garante aos trabalhadores o acesso ao saber, ao saber sistematizado." (SAVIANI, 1992, p.76).

A construção coletiva do PPP possibilita mudanças que estejam de acordo com interesses e necessidades de uma sociedade mais justa e igualitária.

4. Adequações curriculares e a inclusão

A educação é um direito de cada pessoa, independente de classe social, gênero, idade ou etnia. "O direito da pessoa à educação é resguardado pela Política Nacional de Educação independente de gênero, etnia idade ou classe social." (Carta Magna, Constituição/1988).

A despeito da diversidade na população escolar, o acesso à escola vai além

do ato da matrícula, significa a apropriação do saber e de cada oportunidade educacional oferecida a todos os alunos. Mesmo apesar dos esforços empregados para a generalização do ensino, a realidade mostra o grande número de excluídos sem a oportunidade de acesso a escolarização.

Esse desafio deve ser enfrentado para atender a expectativa de democratização da educação em nosso país assumindo a diversidade dos educandos, de modo a contemplar as suas necessidades e potencialidades.

O governo tem incentivado movimentos nacionais com o intuito de democratizar o ensino. Ele conta com a participação dos estados, municípios e da sociedade civil, estes por sua vez admitem que a não garantia de acesso a escola na idade certa, seja por negligência do Poder Público ou por omissão da família e da sociedade, essa é a forma mais cruel e quase sempre irreparável de exclusão social, opondo-se ao direito primordial de cidadania.

Um grande desafio atual em nosso sistema de ensino é a construção de uma escola inclusiva, uma escola que respeite a dessemelhança dos alunos e busque garantir o seu sucesso educativo, através de projetos curriculares distintos e adequados. Este desafio exige modificações nos estilos e práticas dos agentes educativos, tanto na parte organizacional quando na parte da gestão curricular e ganhar especial importância a acerta da inclusão de alunos com necessidades educativas especiais.

Em algum momento de sua vida acadêmica, qualquer aluno, está susceptível a expor dificuldades, que podem significar necessidades educacionais. Caso isso ocorra, espera-se que os educadores, em geral, conheçam táticas para contornar a situação, auxiliando o aluno a ultrapassar aquela dificuldade. Entretanto, existem necessidades educacionais que demandam da equipe escolar uma série de soluções e apoios de atitudes mais especializadas, que possibilitem ao aluno formas mais eficazes para que ele tenha acesso o currículo comum. Trata-se das necessidades educacionais especiais.

Segundo Ministério da Educação (2003) as revelações de problemas de aprendizagem na escola apresentam-se como um continuado, desde casos leves e provisórios que podem se resolver espontaneamente no curso do trabalho pedagógico até casos mais graves e constantes que requerem o uso de recursos especiais para a sua solução. Atender as dificuldades do cotidiano requer respostas educacionais adequadas e adequações do currículo.

Conforme Roldão (1999) entende-se aqui por adequação curricular “o conjunto articulado de procedimentos pedagógico-didáticos que visam tornar acessíveis e significativos, para os alunos em situações e contextos diferentes, os conteúdos de aprendizagem propostos num dado plano curricular”.

O planejamento e execução de adequações curriculares exigem que os professores assumam uma decisão a nível curricular e que desenvolvam processos de gestão adequados. Coordenar o currículo demanda planejamento e preparação, a criação de um ambiente adequado à aprendizagem e respeito recíproco e a concessão de ações de ensino e avaliação coerentes e eficazes.

A inclusão escolar é uma inovação educacional que traz consigo uma proposta de abertura das escolas às diferenças. Porém, a emenda que a maioria das escolas oferece hoje não favorece tal abertura, pois, na prática, ao se

depararem com as diferenças, as escolas ainda adotam medidas excludentes. A inclusão não possui uma receita, um modo de fazer como um roteiro pronto a ser seguido. Ela requer complexas reflexões de todo o grupo escolar e humana para admitir que o princípio fundamental da educação inclusiva caracteriza-se pela valorização da diversidade numa comunidade.

Atualmente os profissionais da área de Educação têm se voltado para o desenvolvimento e criação de estratégias didático-pedagógicas que garantam a permanência de alunos com necessidades educacionais especiais - na escola regular, viabilizando o acesso desse alunado ao currículo comum com o objetivo de resolver essa situação.

5. Análise das adequações curriculares e do projeto político pedagógico

A análise documental contou com o Projeto Político Pedagógico de uma escola pública que atende o ensino fundamental ciclo I e II localizada em Taguatinga norte e as Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação. Buscou-se analisar como são efetivas as adequações curriculares na escola para os alunos com deficiência a partir das orientações do projeto político pedagógico.

De acordo com Brasil (2003) as adequações curriculares se dão em três níveis: Sendo o primeiro no nível do Projeto Político Pedagógico que é o currículo escolar, o currículo de classe e as adequações individualizadas do currículo. A seguir detalharemos as três.

QUADRO SÍNTESE DAS ADAPTAÇÕES

EDUCAÇÃO ESPECIAL	A Educação Especial ultrapassa o simples atendimento especializado. Segundo a lei 9394/96 a define como uma modalidade de educação escolar, focada para a formação individual, conforme o exercício da cidadania. O Serviço Educacional é realizado transversalmente, em todos os níveis escolares (educação infantil ensino fundamental, ensino médio e educação superior, educação de jovens e adultos e educação profissional) respeitando assim a diversidade dos alunos, e fazendo parte de um método global de educação e objetivando as metas gerais, não podendo ser desenvolvido separadamente.
NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS	As necessidades educacionais podem ser distinguidas em diferentes situações em virtude de circunstâncias individuais, econômicas ou socioculturais dos alunos. Podendo ser usada tanto para refere-se a uma criança ou jovem de elevado nível intelectual como para outro que possui complicação para aprender Ex: Criança com condições físicas, emocionais, intelectuais, sociais, sensoriais diferentes. O termo foi criado para evitar expressões com efeitos negativos como: deficiente, superdotado, incapacitados etc.. Evitando assim ressaltar as suas características ou condições pessoais que podem intervir no aprendizado. A ajuda pedagógica e os serviços educacionais mesmo os especializados possuem um grande desafio de sustentar “normal” a ação pedagógica na integração de alunos com grandes ou pequenas dificuldades com o aprendizado não podendo restringir ou prejudicar os trabalhos que os alunos com necessidades especiais partilham na sala de aula com os colegas. Referindo-se ao atendimento especializado a ser oferecido na escola para quem necessitar, atualmente a Política Nacional de Educação Especial indica uma definição de prioridades dando ênfase aos alunos com: deficiência mental, visual, auditiva, física e múltipla; condutas típicas (problemas de condução); superdotação.

CURRÍCULO ESCOLAR	Para Moreira e Candau, 1996, currículo é um campo de conhecimento pedagógico no qual se destacam as experiências escolares em torno do conhecimento, levando sempre em consideração a especificidade da escola, em meio a relações sociais e a sua contribuição para a construção das identidades dos estudantes. Assim, associa-se o currículo ao conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos com intenções educativas. Para a secretaria de educação especial o currículo é construído a partir do projeto pedagógico da escola e viabilizando a sua operacionalização, orientando as atividades educativas, as formas de executá-las e definindo as finalidades. Assim, pode ser visto como um guia sugerido sobre o que, quando e como ensinar; o que, como e quando avaliar. A educação para todos que se almeja conquistar está intimamente relacionada a essas noções de projeto pedagógico da escola e de concepção curricular. A escola para todos demanda uma dinamicidade curricular que possibilite instituir o fazer pedagógico as necessidades dos alunos.
--------------------------	--

Fonte: adaptado de Brasil (2003). Negrito nosso

Observa de acordo com o quadro construído com base no documento das adequações que esse conjunto de medidas pedagógicas contribui a escolarização do aluno de forma evoluída e significativa respeitando as limitações e ritmo de cada um.

Vale destacar que o projeto pedagógico de acordo com Brasil (2003) é um ponto importante para definir a pratica escolar direciona a operacionalização do currículo, como um auxílio para o aprendizado e desenvolvimento dos alunos nos seguintes aspectos:

- Uma atitude positiva da escola e mais flexível no processo de ensino-aprendizagem, com objetivo de atender as diferenças individuais dos alunos;
- Uma maleabilidade quanto à organização e ao funcionamento da escola, para atender á demanda diversificada dos alunos;
- Um reconhecimento das necessidades dos alunos especiais para justificar a recursos investidos melhorar à sua educação;
- a adoção de currículos abertos e propostas curriculares diversificadas, em lugar de uma concepção uniforme e homogeneizadora de currículo;
- a probabilidade de inclusão de professores especializados e serviços de apoio que auxiliem no processo educacional.

6. Adequações de acordo com o PPP Da escola

De acordo com o PPP analisado Objetivo é promover a inclusão do aluno com necessidades especiais dentro e fora do ambiente escolar de forma a conhecer, respeitar e valorizar as diferenças e suas potencialidades, oportunizar o fortalecimento dos valores humanos de solidariedade e participação.

De acordo com o documento fornecido espontaneamente pela escola pesquisada. Destacou-se os seguintes orientações desenvolvidas pela escola:

Equipe Especializada de apoio a aprendizagem – Assessora a pratica pedagógica e acompanha o processo de ensino-aprendizagem em perspectivas preventiva, institucional e interventiva com vistas a contribuir para melhoria da qualidade de ensino.

Equipe de sala de recurso – atendimento na sala de recursos visa o ajuste da aprendizagem e a socialização do aluno com necessidades educacionais especiais dentro do ambiente escolar, bem como o desenvolvimento de atividades relacionadas a auto estima, concentração, produções de textos e artísticas, jogos e brincadeiras, elaboração e acompanhamento das avaliações, facilitando assim a inserção do aluno na sala de aula

Equipe de serviço de orientação educacional – em parceria com a equipe escolar realiza ações voltadas para o resgate dos valores universais visando a formação do educando e considerando de grande relevância o trabalho preventivo para construção de uma convivência saudável tanto no ambiente escolar como no ambiente social.

Equipe Educadora social voluntaria – tem como função acompanhar, auxiliar e realizar tarefas que ajudem no bem estar físico, social e emocional dos alunos especiais, auxiliando na integração nas classes regulares.

Atendimento da Sala de Recurso - Auxilia na socialização do aluno especial dentro do espaço escolar, acompanhando nas avaliações, ajudando a desenvolver sua autoestima, concentração, produção de trabalhos artísticos, jogos, brincadeiras facilitando assim a inclusão do aluno na sala de aula.

Acompanhamento: atendimento ao aluno com necessidades de adequações durante a realização de atividades propostas pelo professor regente dentro ou fora da sala de aula.

Promoção de palestras e campanhas de conscientização sobre inclusão para toda a comunidade escolar, realização de ações integrativas.

Reforço escolar em horário contrário, com Projeto interventivo e rodízio organizado com apoio da sala de leitura e a ser efetivado pelos professores semanalmente, bem como os projetos coordenados pelo Serviço de Orientação Educacional, contato com a família com atendimentos semanais.

Outras atividades convidativas para envolver a família próximo da escola. Dia das mães, dia dos pais, atividades na Semana Nacional de Luta pela Pessoa com Deficiência, Feira do Livro e palestras de conscientização sobre temas atuais.

7. Aspectos metodológicos

Com o propósito de obter maior visualização dos diversos problemas em estudo e também respostas para as questões colocadas anteriormente, entende-se que a melhor metodologia a ser adotada identificava-se com a natureza qualitativa, por meio de estudos e pesquisas em alguns PPP já prontos em unidades escolares públicas.

Em paralelo, a fim de esclarecer e suprimir a pesquisa feita percebe-se ao longo desta pesquisa que para obter êxito deve-se utilizar como princípio norteador a formulação de perguntas e questionamentos para que haja a problematização da realidade, como proposta de trabalho na elaboração do projeto político pedagógico de uma unidade escolar.

Para que isso ocorra deve-se indagar a respeito de três questionamentos que ajudarão na elaboração e na implantação do PPP, são elas: quem participa? Como participa? Quando participar da construção e implantação do PPP? Tais indagações nos levam a outros princípios: participação, legitimidade e democracia, onde estes necessitam de todos os envolvidos: professores, alunos, pais e responsáveis, ou seja, toda a comunidade escolar.

De acordo com os objetivos propostos, o percurso metodológico da pesquisa é delineado em dois momentos complementares: o teórico-exploratório e o descritivo-comparativo. Realizando uma análise documental da publicação do Ministério da Educação “saberes e práticas da inclusão” para alunos com necessidades educacionais especiais, dedicando-nos, depois, a levantar alguns dados do Projeto Político Pedagógico de uma escola pública do DF que atende o ensino fundamental ciclo I e II buscando analisar como são realizadas as adequações curriculares. Acreditamos que os aspectos apresentados permitem perceber as possibilidades e a riqueza que a análise documental traz aos estudos inclusive com o cruzamento de dados. Temos a convicção de que, com o exposto, pudemos concretizar nossa intenção de contribuir com o debate proposto.

Considerações finais

Em termos gerais, podemos salientar que a presente experiência do Documento de Inclusão de alunos com necessidades especiais do ME e uma escola pública mostrou-se concordante, existindo vários pontos positivos, dentre os quais ressaltamos o a pratica realizada pela escola ao longo do processo de efetivação do projeto político-pedagógico. Enfatizamos também a importância do planejamento de ações educativas voltadas a diferentes dimensões do cotidiano. Outras contribuições incluem a participação na avaliação contínua do Projeto político-pedagógico e a colaboração na formação continuada de professores, aqui, em especial, nos referimos à discussão acerca de temas apontados pelos próprios educadores (como, por exemplo, aspectos do desenvolvimento criança com necessidades especiais, inclusão do aluno com necessidades especiais ao ambiente escolar e social, dentre outros).

Observa-se, contudo, e importante a reestruturação dos sistemas de ensino, capacitação dos professores, reorganização escolar e principalmente colocar em pratica o projeto político pedagógico para que aconteça a inclusão dos alunos com necessidades especiais nas classes comuns.

Conclui-se que o projeto político pedagógico é um norteador importante para o sucesso da inclusão do aluno e que deve ser colocado em prática na íntegra como foi realizado pela escola analisada.

Referências

BRASIL. Ministério da educação, Secretaria de Educação Especial - *Saberes e Práticas da Inclusão* – Estratégias para a Educação de alunos com necessidades especiais – Brasília, 2003.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. 21.ed. São Paulo: Editora Paz e Terra. 1996.

VEIGA, Ilma Passos. *Projeto Político Pedagógico: Uma construção possível*. São Paulo: Papirus Editora, 2001.

_____. *Projeto Político Pedagógico: Uma construção possível*. São Paulo: Papirus Editora, 2001.

_____. *As dimensões do projeto Político Pedagógico*. Papirus Editora. 2001. São Paulo

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia Histórico – crítica: primeiras aproximações*. 10 ed. Revisada. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

BRASÍLIA. Secretaria de Estado de educação do Distrito Federal. *PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO*, Escola Classe 39 de Taguatinga – DF/ 2016.